

MISOGINIA, NÃO-TODO E VIOLÊNCIA: O APAGAMENTO DA ESCRITA PSÍQUICA DO FEMININO COMO DEFESA FÁLICA

*Elizabeth Fátima Teodoro** 

*Wilson Camilo Chaves*** 

RESUMO

Este artigo propõe uma leitura psicanalítica da misoginia como operação defensiva diante do não-todo feminino. Parte-se do reconhecimento de que a violência dirigida contra mulheres e corpos feminizados deve ser compreendida em sua dimensão histórica, política e social, sem, contudo, prescindir da investigação sobre sua economia subjetiva. A hipótese sustentada é a de que a misoginia opera como tentativa de restauração da consistência fálica diante daquilo que, no feminino, evidencia a impossibilidade de totalização do gozo, do corpo, do desejo e da linguagem. Para desenvolver essa hipótese, o artigo articula Freud e Lacan a autoras que pensam a violência de gênero, o ódio às mulheres e a crítica feminista ao patriarcado, com especial atenção à incidência simbólica e material do apagamento do feminino. Retoma-se, ainda, a noção de escrita psíquica do feminino como operador teórico-clínico, compreendida como experiência de borda, furo, resto e variação, resistente à lógica fálica da representação plena. Nesse percurso, a misoginia é pensada não apenas como ódio dirigido à mulher empírica, mas como defesa contra aquilo que, no feminino, não se deixa reduzir à posse, ao controle, à domesticação ou à norma. Defende-se que o apagamento misógino opera por silenciamento, objetificação, patologização, desautorização e destruição, mas jamais se completa integralmente, pois aquilo que se tenta recobrir retorna como

* Pós-doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Pesquisadora e docente substituta no Departamento de Psicologia da UFSJ.

** Doutor em Filosofia pela UFSCar-SP. Pesquisador e docente no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSJ.

resto, sintoma, memória, intensidade e escrita. Conclui-se que a violência misógina tenta fazer existir o todo justamente diante daquilo que, no feminino, demonstra sua impossibilidade.

Palavras-chave: misoginia; feminino; não-todo; violência; psicanálise.

MISOGYNY, NOT-ALL AND VIOLENCE: THE ERASURE OF THE PSYCHIC WRITING OF THE FEMININE AS A PHALLIC DEFENSE

ABSTRACT

This article proposes a psychoanalytic reading of misogyny as a defensive operation in the face of the feminine not-all. It begins from the recognition that violence against women and feminized bodies must be understood in its historical, political and social dimensions, without disregarding the investigation of its subjective economy. The hypothesis sustained here is that misogyny operates as an attempt to restore phallic consistency before that which, in the feminine, reveals the impossibility of totalizing jouissance, the body, desire and language. To develop this hypothesis, the article articulates Freud and Lacan with authors who examine gender violence, hatred of women and feminist critiques of patriarchy, paying particular attention to the symbolic and material incidence of the erasure of the feminine. It also resumes the notion of the psychic writing of the feminine as a theoretical-clinical operator, understood as an experience of edge, hole, remainder and variation, resistant to the phallic logic of full representation. In this path, misogyny is considered not only as hatred directed at empirical women, but as a defense against what, in the feminine, cannot be reduced to possession, control, domestication or normativity. It is argued that misogynistic erasure operates through silencing, objectification, pathologization, deauthorization and destruction, but never completes itself entirely, since what it attempts to cover over returns as remainder, symptom, memory, intensity and writing. The article concludes that misogynistic violence attempts to make the whole exist precisely before that which, in the feminine, demonstrates its impossibility.

Keywords: misogyny; feminine; not-all; violence; psychoanalysis.

MISOGINIA, NO-TODO Y VIOLENCIA: EL BORRAMIENTO DE LA ESCRITURA PSÍQUICA DE LO FEMENINO COMO DEFENSA FÁLICA

RESUMEN

Este artículo propone una lectura psicoanalítica de la misoginia como operación defensiva frente al no-todo femenino. Se parte del reconocimiento

de que la violencia dirigida contra mujeres y cuerpos feminizados debe comprenderse en su dimensión histórica, política y social, sin prescindir de la investigación de su economía subjetiva. La hipótesis sostenida es que la misoginia opera como intento de restauración de la consistencia fálica ante aquello que, en lo femenino, evidencia la imposibilidad de totalizar el goce, el cuerpo, el deseo y el lenguaje. Para desarrollar esta hipótesis, el artículo articula Freud y Lacan con autoras que investigan la violencia de género, el odio a las mujeres y las críticas feministas al patriarcado, con especial atención a la incidencia simbólica y material del borramiento de lo femenino. Se retoma, además, la noción de escritura psíquica de lo femenino como operador teórico-clínico, comprendida como experiencia de borde, agujero, resto y variación, resistente a la lógica fálica de la representación plena. En este recorrido, la misoginia se piensa no solo como odio dirigido a la mujer empírica, sino como defensa contra aquello que, en lo femenino, no se deja reducir a la posesión, al control, a la domesticación o a la norma. Se sostiene que el borramiento misógino opera por silenciamiento, objetivación, patologización, desautorización y destrucción, pero nunca se completa integralmente, pues aquello que se intenta recubrir retorna como resto, síntoma, memoria, intensidad y escritura. Se concluye que la violencia misógina intenta hacer existir el todo precisamente ante aquello que, en lo femenino, demuestra su imposibilidad.

Palabras clave: misoginia; femenino; no-todo; violencia; psicoanálisis.

INTRODUÇÃO: MISOGINIA, ÓDIO E APAGAMENTO

O que se escreve e se apaga não desaparece; sustenta, antes, o real que escapa à captura simbólica e fura o sentido. É a partir dessa tensão entre escrita, apagamento e retorno que este artigo propõe uma leitura psicanalítica da misoginia como defesa diante do não-todo feminino.

A misoginia não se reduz ao ódio individual dirigido às mulheres. Embora possa se manifestar como injúria, desprezo, violência física, violência sexual, desautorização intelectual ou eliminação material de corpos femininos e feminizados, ela ultrapassa a interioridade daquele que odeia. Trata-se de um fenômeno simultaneamente subjetivo, histórico, político e simbólico, sustentado por estruturas de poder que reiteram a subordinação do feminino e autorizam sua contenção. Nesse sentido, pensar a misoginia exige interrogar não somente os atos de violência que a tornam visível, mas também as operações discursivas e fantasmáticas que a sustentam.

A questão que orienta este percurso pode ser formulada nos seguintes termos: contra o que a misoginia se defende? Tal pergunta não pretende substituir as leituras históricas, políticas e feministas da violência de gênero, mas acrescentar a elas uma interrogação propriamente psicanalítica. Assim, este artigo tem como objetivo analisar a misoginia como operação defensiva, subjetiva e socialmente organizada, diante daquilo que o feminino, enquanto não-todo, revela como limite da fantasia fálica de domínio, posse e totalização.

A hipótese sustentada é a de que a misoginia opera como defesa fálica diante do não-todo feminino. O feminino, aqui, não será tomado como essência da mulher, atributo biológico ou identidade universal, mas como posição lógica que evidencia a impossibilidade de totalização do gozo, do corpo, do desejo e da linguagem. Não se trata, portanto, de ontologizar o feminino, mas de tomá-lo como operador lógico, político e clínico, capaz de interrogar os modos pelos quais certos corpos, palavras e experiências são capturados, desautorizados ou apagados pela lógica fálica. Nessa perspectiva, a violência misógina pode ser compreendida como tentativa de converter em objeto controlável aquilo que comparece como excesso, resto, furo e resistência à captura simbólica.

Para desenvolver essa hipótese, o artigo retoma elementos da teoria freudiana acerca da defesa, da castração e da feminilidade, bem como formulações lacanianas sobre a função fálica, o não-todo e o gozo feminino. Em diálogo com autoras que investigam o ódio às mulheres, a violência de gênero e as estruturas patriarcais de poder, busca-se sustentar que o apagamento do feminino não se realiza apenas pela violência material, mas também por operações simbólicas e imaginárias de silenciamento, objetificação, patologização, domesticação e desautorização.

Desse modo, este artigo se constitui como uma investigação teórico-conceitual de orientação psicanalítica. Seu percurso não se apoia na apresentação de casos clínicos ou em material empírico, mas na leitura crítico-interpretativa de formulações freudianas e lacanianas sobre defesa, castração, função fálica, não-todo e gozo feminino, articuladas a contribuições feministas e sociopolíticas sobre misoginia, patriarcado e violência de gênero. A noção de escrita psíquica do feminino é tomada como operador de leitura para pensar o apagamento misógino como

tentativa de recobrir aquilo que retorna como resto, sintoma, memória, intensidade e escrita. Com isso, busca-se sustentar uma leitura da violência misógina que mantenha em tensão sua economia subjetiva e sua inscrição histórica, política e social.

O FEMININO COMO NÃO-TODO: FURO, BORDA E ESCRITA

Desde Freud, o feminino comparece na psicanálise como ponto de impasse para o saber. Esse impasse não deve ser lido apenas como uma dificuldade teórica localizada em certos textos freudianos, mas como um traço constitutivo da própria emergência da psicanálise. É justamente a partir desse impasse que a escuta da histeria desloca o corpo feminino do campo da explicação médica e o reinscreve em uma cena discursiva atravessada por sintoma, desejo e sexualidade. Em *Estudos sobre a histeria*, Breuer e Freud (1893-1895/2016) encontram, no corpo histérico, não um organismo simplesmente adoecido, mas uma escrita sintomática que desafia a racionalidade médica de seu tempo. Há, desde o início, um corpo que fala sem se deixar traduzir inteiramente pelo saber constituído.

Essa entrada do feminino pela histeria é decisiva, pois desloca o sintoma do campo da aparência enganosa para o campo de uma formação que exige escuta. O sintoma histérico não se apresenta como mensagem transparente; ele demanda interpretação e reconhecimento do conflito psíquico que nele se inscreve. Ainda assim, algo resiste à decifração plena. A psicanálise nasce, portanto, no ponto em que o saber tropeça diante do sexual. Quando Freud (1933/2010) retoma a feminilidade como questão, sua célebre interrogação acerca do que quer uma mulher pode ser lida não como enigma destinado a uma solução definitiva, mas como índice de um limite do saber. Assim, o feminino aparece, nesse campo, menos como objeto a ser definido e mais como aquilo que força a teoria a reconhecer sua própria borda.

Em Freud, esse limite se organiza em torno da diferença sexual, da castração e da primazia fálica. Textos como *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* evidenciam o esforço freudiano de pensar a feminilidade a partir da lógica fálica e de seus efeitos na constituição subjetiva (Freud, 1925/2011). Contudo, é justamente nesse

esforço de formalização da feminilidade que se deixa entrever aquilo que, neste artigo, será nomeado como feminino: não uma identidade positiva ou uma essência da mulher, mas um ponto de impasse que excede sua localização em uma economia da falta. Assim, se a feminilidade aparece em Freud frequentemente articulada aos destinos da castração, o feminino pode ser lido como aquilo que retorna como resto, desvio e pergunta, desestabilizando a pretensão de completude da própria metapsicologia.

Lacan retoma esse impasse e o desloca do campo da anatomia para o campo da lógica. Ao situar a inexistência de um significante capaz de escrever A mulher como universal, Lacan (1972-1973/2010) não nega a existência empírica das mulheres, mas aponta a impossibilidade de totalizar o feminino em uma categoria fechada e plenamente representável. Não há “A mulher” como essência ou conjunto universal; há mulheres, posições sexuadas e modos singulares de relação com o gozo. O que não há é um significante capaz de escrever o feminino como totalidade.

É nesse ponto que a noção de não-todo se torna decisiva. O não-todo não indica incompletude, déficit ou falha ontológica. Trata-se de uma formulação lógica pela qual Lacan (1972-1973/2010) pensa uma posição não inteiramente submetida à função fálica. A função fálica organiza o campo do desejo, da castração, da medida e da significação, mas não esgota o campo do gozo. O feminino, nessa perspectiva, situa-se na borda dessa operação: não fora da linguagem, mas também não inteiramente capturado por sua universalização.

Essa distinção é fundamental para evitar uma leitura essencialista. O feminino, tal como mobilizado neste artigo, não corresponde automaticamente à mulher biológica, tampouco a uma identidade de gênero substancial. Trata-se de uma posição lógica diante do gozo e da linguagem. Nesse sentido, o feminino nomeia aquilo que comparece como limite da totalização fálica, fazendo vacilar a pretensão de domínio do significante. Por isso, ele não é o complemento do masculino, nem seu oposto simétrico. Ele é antes uma torção no regime do todo, uma abertura que impede o fechamento da ordem simbólica em uma gramática plenamente consistente.

A noção de escrita psíquica do feminino permite avançar nessa direção. Se o feminino não se deixa representar como totalidade, isso

não significa que nada nele se escreva. Ao contrário, ele se escreve precisamente no ponto em que a representação falha. Teodoro (2025) propõe pensar a escrita psíquica do feminino como uma escrita do impossível, marcada pelo furo, pela borda, pela variação e pela resistência à lógica fálica da totalidade. Essa escrita não visa representar plenamente o feminino, mas sustentar aquilo que escapa à simbolização sem, por isso, desaparecer do campo subjetivo.

Desse modo, a escrita psíquica do feminino não deve ser compreendida como escrita “das mulheres” em sentido sociológico ou literário estrito, embora possa atravessar textos, corpos e experiências de mulheres. Ela diz respeito a uma modalidade de inscrição que resiste à captura totalizante. O que não se escreve plenamente no simbólico pode insistir como corpo, sintoma, silêncio, repetição, excesso, criação ou memória. Trata-se de uma escrita que não se apresenta como tradução de um conteúdo, mas como marca de uma impossibilidade: aquilo que não encontra representação plena, mas ainda assim produz efeitos.

A partir dessa formulação, a função fora-inclusiva, proposta por Teodoro (2025), radicaliza o argumento ao nomear uma operação que sustenta o furo sem integrá-lo ao sistema representacional. Diferentemente dos mecanismos clássicos de defesa, como recalque, desmentido e forclusão, a função fora-inclusiva não se estrutura como exclusão de um conteúdo que retorna sob outra forma, mas como sustentação de uma marca irrepresentável. Ela não busca converter o impossível em sentido; antes, acolhe o que se inscreve como resto, traço e intensidade. Por isso, permite pensar o feminino não como ausência pura, mas como inscrição paradoxal: aquilo que escapa e, justamente por escapar, insiste.

Nessa perspectiva, o feminino não é vazio enquanto nada, mas vazio enquanto operador. Não se trata de uma lacuna a ser preenchida pela significação, mas de um furo que descompleta a pretensão de totalidade. A escrita psíquica do feminino não organiza o sentido em torno de uma representação estável; ela bordeja o real, sustenta o que não se deixa dizer todo e faz da falha um lugar de invenção. É por isso que Teodoro (2025) articula essa escrita a uma clínica das intensidades: uma escuta voltada não apenas ao que se formula como discurso, mas também ao que comparece como corpo, afeto, silêncio e excesso.

A imagem do palimpsesto oferece uma via fecunda para pensar essa inscrição. Em um palimpsesto, uma escrita posterior tenta recobrir a anterior, mas jamais a elimina por completo. Vestígios permanecem, interferem na superfície e reorientam a leitura. Teodoro (2025) utiliza essa imagem para pensar o feminino como escrita recoberta pelas camadas discursivas da cultura patriarcal, mas nunca inteiramente apagada. O feminino, nesse sentido, não desaparece sob as formas históricas de silenciamento; ele persiste como traço, rasura, resto e possibilidade de retorno.

Essa elaboração prepara o deslocamento central deste artigo. Se o feminino se escreve como furo, borda, resto e palimpsesto, a misoginia pode ser compreendida como uma das formas de defesa contra essa escrita. O ódio misógino não se dirige apenas à mulher empírica, embora recaia materialmente sobre mulheres e corpos feminizados. Ele se dirige também àquilo que, no feminino, ameaça a fantasia de completude do sujeito e da cultura. Ao tentar silenciar, objetificar, patologizar, domesticar, desautorizar ou destruir o feminino, a misoginia busca apagar a marca de uma impossibilidade: a de que o gozo, o corpo, o desejo e a linguagem possam ser inteiramente dominados.

Assim, a violência misógina pode ser lida como tentativa de restaurar o todo diante daquilo que o descompleta. O feminino, enquanto não-todo, introduz uma falha na universalização fálica; a misoginia responde tentando fazer dessa falha um defeito, uma ameaça, uma anomalia ou um objeto a ser eliminado. O que se apresenta como ódio às mulheres revela, nesse nível, uma defesa contra a inconsistência do todo. Por isso, pensar o feminino como escrita permite compreender a misoginia como operação de apagamento: ela tenta calar aquilo que insiste em marcar a impossibilidade de qualquer domínio pleno.

A MISOGINIA COMO DEFESA FÁLICA

Se o feminino, enquanto não-todo, evidencia a impossibilidade de totalização do gozo, do corpo, do desejo e da linguagem, a misoginia pode ser pensada como uma resposta defensiva diante dessa impossibilidade. Tal resposta não se reduz a uma reação afetiva individual, tampouco a uma manifestação isolada de hostilidade contra mulheres. Ela opera como

tentativa de recompor uma consistência ameaçada, fazendo da violência um recurso para restaurar, imaginariamente, a ordem do todo. Nesse sentido, a misoginia não visa apenas submeter mulheres e corpos feminizados; ela busca neutralizar aquilo que, no feminino, desorganiza a fantasia fálica de domínio.

Essa leitura encontra ressonância na formulação de Vives (2023), ao indicar que a violência pode comparecer como tentativa de fazer coexistir a fantasia de que A Mulher existe e a recusa do impossível da relação sexual. Nessa perspectiva, o feminicídio pode ser compreendido não apenas como eliminação de uma mulher empírica, mas como ato que tenta anular violentamente aquilo que o feminino faz aparecer como impossível de escrever, dominar ou totalizar. O ódio misógino, assim, aproxima-se de outras violências dirigidas contra corpos e posições que perturbam a norma fálica, como atos homofóbicos e transfóbicos, na medida em que buscam restaurar, pela força, uma consistência imaginária ameaçada.

É justamente nesse ponto que a noção psicanalítica de defesa se torna decisiva. Desde os primeiros textos freudianos, a defesa aparece como operação pela qual o sujeito tenta afastar, recusar ou transformar aquilo que se apresenta como incompatível com sua economia psíquica. Em “As neuropsicoses de defesa”, Freud (1894/1996) situa a defesa como resposta diante de representações inconciliáveis, indicando que o aparelho psíquico encontra modos de lidar com aquilo que não consegue integrar sem conflito. Mais tarde, ao tratar da negação, Freud (1925/2011) mostra que o sujeito pode reconhecer uma representação justamente sob a forma de sua recusa, evidenciando que negar é também uma maneira de admitir, no discurso, aquilo que se pretende manter afastado.

Essa lógica interessa diretamente ao problema da misoginia. O ódio ao feminino pode ser compreendido como uma forma de lidar com aquilo que retorna como ameaça à consistência subjetiva. A violência misógina, nesse sentido, não se dirige apenas a um objeto externo; ela responde a algo que, no encontro com o feminino, desestabiliza o sujeito. O feminino, enquanto não-todo, confronta a fantasia de um regime completo de saber, posse e significação capaz de ordenar corpo e desejo. A misoginia surge, então, como tentativa de negar essa falha, convertendo-a em atributo depreciado do outro: fraqueza, loucura, excesso, perigo, sedução, impureza ou descontrole.

A defesa misógina opera, portanto, por deslocamento. Aquilo que é estrutural — a impossibilidade de totalizar o gozo e a relação sexual — é projetado sobre o feminino como se fosse defeito localizado em um corpo, em uma conduta ou em uma identidade. Desse modo, a inconsistência do todo não é reconhecida como falha da própria ordem simbólica; ela é atribuída à mulher ou ao corpo feminizado, que passa a ser lido como causa do mal-estar. A violência aparece, então, como tentativa de eliminar no outro aquilo que o sujeito não suporta encontrar como limite em si mesmo.

Freud (1927/2014), ao discutir o fetichismo, também oferece uma via importante para pensar essa operação. O fetiche se constitui como resposta diante da percepção da castração, funcionando como substituto que permite ao sujeito sustentar, simultaneamente, reconhecimento e recusa. Embora a misoginia não possa ser reduzida ao fetichismo, a lógica do desmentido ajuda a compreender a duplicidade presente em certas formas de violência contra o feminino: sabe-se, em alguma medida, que a ordem fálica não é toda, mas age-se como se fosse possível restaurá-la pela força. A violência atua, assim, como gesto de desmentido diante do impossível.

Essa operação encontra em Lacan um deslocamento decisivo. O falo não é o órgão anatômico, mas um significante privilegiado na organização do desejo e da falta (Lacan, 1958/1998). A função fálica estrutura uma lógica de medida, equivalência e inscrição simbólica, mas não recobre o campo do gozo em sua totalidade. No Seminário 20, Lacan (1972-1973/2010) formaliza essa impossibilidade ao distinguir a posição toda submetida à função fálica e a posição não-toda. O feminino, nessa formulação, não está fora da função fálica, mas não se reduz inteiramente a ela. Há um gozo que escapa à medida fálica, um gozo Outro, não universalizável.

A misoginia pode ser situada exatamente nesse ponto de impasse. Se a lógica fálica tende a ordenar o campo do desejo por meio da medida, da significação e da inscrição simbólica, o feminino como não-todo introduz uma experiência que não se deixa reduzir à equivalência. Ele não se presta integralmente ao cálculo, à posse ou à representação. Por isso, a misoginia se organiza como defesa contra a diferença que não se acomoda à lógica do mesmo. O feminino comparece como aquilo que não confirma a soberania do Um; a violência tenta, então, obrigá-lo a ocupar um lugar reconhecível dentro da economia fálica.

Essa tentativa de localização assume diversas formas. A primeira delas é o silenciamento. Silenciar o feminino significa impedir que ele fale em nome próprio, submetendo sua palavra à suspeita, ao descrédito ou à tutela. A mulher que fala demais é lida como histérica; a que denuncia é vista como exagerada; a que deseja é tomada como perigosa; a que pensa é frequentemente desautorizada. A misoginia produz, assim, uma economia da palavra na qual o feminino só é tolerado quando fala a partir de lugares já autorizados pela ordem dominante.

A segunda forma é a objetificação. Ao reduzir o feminino a corpo disponível, imagem consumível ou função de satisfação do outro, a misoginia tenta retirar dele sua dimensão de alteridade. O corpo feminino passa a ser administrado como superfície de projeção: deve ser belo, dócil, desejável, maternal, jovem, controlável. Quando escapa a essas exigências, torna-se alvo de punição simbólica ou material. Essa operação revela que a objetificação não é apenas sexualização; é também uma estratégia de redução ontológica, pela qual o sujeito feminino é convertido em objeto manejável.

A terceira forma é a patologização. Historicamente, o feminino foi frequentemente associado ao excesso, à instabilidade, à irracionalidade e à desmedida. A histeria, enquanto categoria médica e cultural, foi muitas vezes mobilizada para enquadrar o corpo feminino como corpo suspeito, convertendo manifestações de sofrimento, desejo e conflito em sinais de desvio ou descontrole. No entanto, a leitura psicanalítica permite deslocar essa compreensão. Jorge e Travassos (2021) retomam a formulação do médico e historiador Robert M. Woolsey (1976), que definiu a histeria como uma “protolinguagem”, cujos sintomas funcionam como um código por meio do qual o sujeito comunica uma mensagem que, por diferentes razões, não pôde ser verbalizada. Nessa perspectiva, o sintoma histérico não é mero excesso irracional, mas uma escrita no corpo, uma inscrição sintomática daquilo que não encontrou passagem pela palavra. A misoginia patologiza o feminino justamente quando transforma essa dimensão de linguagem, conflito e desejo em sinal depreciado de descontrole, apresentando como tratamento aquilo que, muitas vezes, opera como controle.

A quarta forma é a domesticação. O feminino é admitido desde que circunscrito a funções reconhecíveis: cuidado, maternidade, conjugalidade,

serviço afetivo, disponibilidade erótica ou sustentação silenciosa do outro. Essa domesticação não elimina o feminino; ela o molda segundo os interesses de uma ordem que o tolera apenas enquanto função. A mulher pode existir, desde que não desorganize o lugar que lhe foi atribuído. Quando reivindica desejo próprio, pensamento próprio ou destino próprio, passa a encarnar uma ameaça à estabilidade da fantasia patriarcal.

A quinta forma é a eliminação. Quando o silenciamento, a objetificação, a patologização e a domesticação fracassam, a violência pode assumir sua face mais brutal: fazer desaparecer o corpo que encarna a ameaça. Nesse ponto, a misoginia revela sua dimensão extrema. O feminicídio, as agressões sexuais, as mutilações simbólicas e reais, as humilhações públicas e as formas de aniquilamento subjetivo não são apenas desvios individuais, mas expressões de uma lógica que busca reinscrever pela força a hierarquia abalada. A violência pretende fazer cessar aquilo que insiste em escapar.

Essas formas de localização e controle permitem precisar a natureza da defesa em jogo. A misoginia não se limita a uma reação afetiva contra mulheres e corpos feminizados; ela tenta reinscrever o feminino no regime do Um, reduzindo a diferença a um lugar administrável. A defesa fálica, portanto, não deve ser entendida como defesa do masculino em sentido empírico, mas como defesa de uma organização do mundo fundada na pretensão de medida, domínio e totalização.

Quando o falo deixa de operar como significante da falta e passa a ser tomado como garantia imaginária de superioridade, a diferença se converte em ameaça. A misoginia emerge nesse deslizamento: no ponto em que a falta deveria operar como limite, instala-se a fantasia de que o outro deve ser reduzido, corrigido ou eliminado para que o todo permaneça intacto.

Essa operação mostra que a violência misógina não é simples excesso de poder; ela é também sintoma de uma fragilidade. Agride-se o feminino não porque ele seja fraco, mas porque sua existência denuncia a fraqueza da fantasia de domínio. O não-todo ameaça não por impor uma força totalizante rival, mas por demonstrar que nenhuma totalidade se sustenta sem resto. O feminino, ao não se deixar capturar inteiramente, expõe o caráter ficcional do controle absoluto. A misoginia responde tentando transformar essa exposição em culpa do outro.

Desse modo, o apagamento do feminino pode ser compreendido como esforço de defesa contra a inconsistência do todo. Silenciar, objetificar, patologizar, domesticar e eliminar são modos de tentar reinscrever o feminino em uma gramática de domínio. Contudo, essa tentativa fracassa estruturalmente, pois o que se busca apagar não é um conteúdo simplesmente localizável, mas o próprio furo da totalização. A misoginia tenta apagar o feminino como se fosse possível apagar o impossível. Por isso, sua violência se repete: ela precisa reiterar continuamente o gesto de controle, porque aquilo que a desestabiliza não cessa de retornar.

A consequência dessa leitura é decisiva. A misoginia não deve ser pensada apenas como ódio ao feminino, mas como ódio ao que o feminino revela: a impossibilidade de todo domínio, de toda posse, de toda representação plena. O feminino, enquanto não-todo, escreve no campo subjetivo e social a falha da universalização fálica. A violência misógina tenta rasurar essa escrita, mas seu próprio esforço de apagamento evidencia aquilo que pretende negar. Quanto mais tenta fazer existir o todo pela força, mais revela que o todo não se sustenta.

ESTRUTURAS DA VIOLÊNCIA: ENTRE SUBJETIVIDADE, PATRIARCADO E PODER

Pensar a misoginia como defesa fálica diante do não-todo feminino exige um cuidado fundamental: a violência contra mulheres e corpos feminizados não pode ser reduzida a uma dinâmica intrapsíquica. A psicanálise permite interrogar a economia subjetiva do ódio, da defesa e do apagamento; contudo, essa economia não opera em vazio histórico. Ela se articula a discursos, instituições, normas e práticas sociais que autorizam a subordinação do feminino e sustentam formas reiteradas de violência. Por isso, a leitura aqui proposta não pretende deslocar a misoginia do campo político para o campo psíquico, mas mostrar que esses planos se atravessam.

A violência misógina não se apresenta apenas como explosão de agressividade individual. Ela participa de uma gramática social que organiza posições de poder, distribui lugares de fala, define corpos autorizados e corpos tutelados, estabelece quais vidas podem aparecer

como dignas de proteção e quais podem ser expostas à humilhação, ao controle ou à destruição. Nesse sentido, o ódio ao feminino não é apenas um afeto privado; é também uma forma socialmente legível de reinscrição da hierarquia. A misoginia torna-se eficaz porque encontra, na cultura, formas discursivas que a justificam, minimizam ou naturalizam. Tiburi (2025) nomeia como “esquematismo patriarcal” a produção cognitiva e epistemológica que coloca o homem no centro como valor, articulando clichês, ideias prontas e processos de subjetivação que privilegiam corpos-homens e subordinam corpos-mulheres. Nessa perspectiva, a genecropolítica não se reduz à eliminação material das mulheres, mas envolve também os modos pelos quais a cultura produz esquemas de autorização simbólica para o controle, a deslegitimação e a exposição do feminino à violência.

Essa naturalização da hierarquia também pode ser lida com Bourdieu (2012), para quem a dominação masculina opera por mecanismos simbólicos que fazem relações historicamente construídas parecerem naturais, evidentes e legítimas. Desse modo, aquilo que é resposta ao mal-estar diante da diferença pode se apresentar, socialmente, como tradição, moralidade ou necessidade de ordem.

Segato (2025) é decisiva para pensar essa dimensão estrutural. Ao analisar a violência de gênero, a autora desloca a leitura do ato violento como mero desvio individual ou patologia isolada. Para Segato, a violência contra mulheres deve ser compreendida em sua relação com estruturas simbólicas de poder e com formas de comunicação social da masculinidade. Essa leitura pode ser aproximada da noção de corpo-território, formulada no âmbito dos feminismos comunitários latino-americanos, especialmente em Cabnal (2010), para pensar o corpo das mulheres como primeiro território atravessado por poder, violência, memória e resistência.

A partir dessa articulação, propõe-se aqui a expressão corpo-território rasurado: um corpo tomado como superfície de inscrição da violência patriarcal, sobre o qual se tenta escrever uma mensagem de posse, soberania e apagamento. Nessa perspectiva, o corpo feminino violentado não é apenas alvo de uma descarga pulsional; ele se torna lugar de escrita de uma gramática de domínio que busca restaurar, pela força, uma ordem patriarcal ameaçada pelo desejo, pela recusa ou pela existência autônoma do feminino.

Essa perspectiva permite compreender que a violência misógina tem uma função performativa. Ela não apenas fere; ela comunica. Comunica à vítima sua suposta posição de subordinação, comunica a outros homens uma afirmação de virilidade e comunica à comunidade a permanência de uma ordem de poder. A violência, nesse caso, torna-se linguagem. Não se trata de linguagem no sentido de diálogo, mas de uma inscrição simbólica da hierarquia. O corpo feminino é convocado a suportar uma mensagem que excede a cena imediata da agressão, como se a violência pudesse escrever nele uma marca de soberania, posse e domínio.

Essa lógica, embora estrutural, ganha formas contemporâneas muito visíveis nos discursos da chamada *manosfera*, incluindo comunidades *red pill*, incels, MGTOW e outras formas de masculinismo digital. Documentários recentes, como *Louis Theroux: Por Dentro da Machosfera* (Netflix, 2026), tornam perceptível a circulação midiática de uma pedagogia da virilidade ferida, na qual a misoginia aparece como resposta à perda imaginária de autoridade masculina. Estudos sobre a *manosfera* ajudam a sustentar essa leitura ao mostrarem que tais comunidades organizam formas de masculinidade atravessadas por hierarquias entre homens, ressentimento antifeminista, hostilidade às mulheres e circuitos de radicalização digital (Ging, 2019; Ribeiro et al., 2021).

É nesse ponto que a leitura psicanalítica da defesa fálica pode se articular à leitura política da violência. No plano subjetivo, a misoginia responde defensivamente ao que, no feminino, desestabiliza a fantasia de domínio. No plano social, essa defesa encontra suporte em estruturas patriarcais que historicamente transformaram o feminino em lugar de disponibilidade, serviço, silêncio e submissão. A violência misógina, portanto, não é apenas resposta ao não-todo; é também prática de restauração de um regime social que pretende fazer da diferença uma hierarquia.

Saffioti (2004) contribui para essa análise ao compreender a violência contra mulheres no interior de uma ordem patriarcal que articula gênero, poder e desigualdade. A autora permite situar a misoginia como efeito de uma estrutura que não apenas tolera a violência, mas a integra como uma de suas formas de manutenção. O patriarcado não se limita a crenças individuais sobre superioridade masculina; ele organiza relações sociais, expectativas afetivas, divisões

sexual do trabalho, dependências econômicas, privilégios simbólicos e formas de controle sobre os corpos das mulheres.

Essa dimensão estrutural impede que a misoginia seja tratada apenas como erro moral de indivíduos violentos. O sujeito que agride, silencia ou desautoriza o feminino não inventa sozinho a gramática de sua violência. Ele a recebe de uma cultura que, de múltiplas formas, lhe ensinou que o feminino deve estar disponível, ser controlável e permanecer em lugar subordinado. A violência emerge, então, como ato singular, mas sustentado por uma ordem coletiva. Há autoria individual, mas há também condições sociais de possibilidade para que essa autoria se exerça.

Manne (2017) aprofunda esse deslocamento ao propor que a misoginia seja compreendida menos como ódio indiscriminado a todas as mulheres e mais como sistema de policiamento e punição dirigido àquelas que não cumprem as expectativas patriarcais. Tal formulação é especialmente produtiva para o presente artigo porque permite pensar a violência misógina como reação ao desvio de lugar. O feminino é punido quando recusa a posição de disponibilidade que lhe foi atribuída; quando não oferece cuidado, deferência, silêncio, admiração, satisfação sexual, docilidade ou confirmação narcísica ao outro.

Essa leitura desloca a misoginia de uma definição puramente afetiva para uma lógica normativa. A questão não é apenas que determinadas mulheres sejam odiadas; é que certos corpos são punidos quando escapam ao lugar que a ordem patriarcal lhes reservou. A misoginia funciona, assim, como tecnologia de correção. Ela tenta recolocar o feminino no lugar da falta administrável, da presença útil, do corpo disponível, da palavra tutelada. Quando o feminino se apresenta como desejo próprio, saber próprio, recusa, invenção ou excesso, a resposta misógina tenta converter essa diferença em culpa, ameaça ou desvio.

A articulação com a psicanálise permite formular esse ponto em outros termos: a misoginia se intensifica quando o feminino deixa de funcionar como suporte da fantasia fálica. Enquanto ocupa o lugar de objeto que completa, serve, admira ou confirma o outro, o feminino pode ser idealizado. Quando, porém, faz aparecer a falta, a recusa, a opacidade ou a impossibilidade de domínio, converte-se em alvo de hostilidade. Desse modo, idealização e ódio não são opostos absolutos;

podem funcionar como duas faces da mesma operação. Idealiza-se o feminino domesticado; odeia-se o feminino que escapa.

Tiburi (2025), ao examinar a história do ódio às mulheres, contribui para situar essa operação em uma longa duração cultural. O ódio misógino não aparece apenas em atos de violência explícita, mas também em imagens, narrativas, mitos, discursos morais, representações artísticas e filosofias que transformaram a mulher em objeto de suspeita, perigo ou silêncio. A figura feminina foi muitas vezes construída como enigma a ser decifrado, corpo a ser vigiado, tentação a ser controlada, desordem a ser contida ou ideal a ser preservado desde que mudo. O ódio, nesse caso, não elimina necessariamente a idealização; ele pode se esconder dentro dela.

Esse ponto é decisivo para o argumento do artigo. A misoginia não se manifesta apenas quando o feminino é atacado de modo explícito; ela também opera quando o feminino é aprisionado em formas idealizadas que o impedem de existir como alteridade. A mãe abnegada, a esposa silenciosa, a mulher pura, a musa inspiradora, a cuidadora inesgotável e a vítima perfeita são figuras que podem parecer elogiosas, mas frequentemente funcionam como dispositivos de captura. Quando o feminino não corresponde a essas imagens, emerge a violência que estava latente na idealização.

Butler (2018) permite acrescentar um cuidado conceitual a essa discussão. A violência de gênero não incide sobre identidades naturais previamente dadas, mas sobre corpos produzidos, inteligidos e regulados por normas. O que uma cultura reconhece como feminino, aceitável, desviante ou ameaçador depende de processos reiterados de nomeação, repetição e controle. Assim, falar de feminino neste artigo não significa tomar a mulher como essência universal, mas pensar os modos pelos quais certos corpos são feminizados, regulados e tornados vulneráveis a formas específicas de violência.

Essa perspectiva é importante porque evita a redução da violência misógina a uma oposição simples entre homens e mulheres. Embora a violência patriarcal incida historicamente de modo brutal sobre mulheres, sua lógica pode atingir também corpos que, por diferentes razões, são marcados como femininos, dissidentes, frágeis, desviantes ou não conformes à norma. A misoginia, nesse sentido, não é apenas ódio às mulheres em sentido restrito; ela é também ódio à feminização enquanto

processo de desautorização. Tornar alguém feminino, em uma ordem patriarcal, muitas vezes significa torná-lo inferior, disponível ou violável.

É nesse ponto que a noção de apagamento ganha densidade política. Apagar o feminino não significa apenas eliminar mulheres concretas, embora essa eliminação seja sua expressão extrema. Significa também retirar autoridade de sua palavra, desqualificar sua experiência, ridicularizar sua dor, transformar sua denúncia em exagero, reduzir sua inteligência a exceção, converter seu desejo em ameaça e sua recusa em ofensa. O apagamento é uma operação contínua, capilar, que antecede e acompanha a violência material. Antes de destruir o corpo, a misoginia frequentemente tenta destruir sua legitimidade simbólica.

A violência material, portanto, não surge isolada. Ela é preparada por violências discursivas. A mulher desacreditada, a vítima suspeita, a intelectual ridicularizada, a mãe culpabilizada, a jovem sexualizada, a idosa descartada, a mulher negra animalizada, a mulher trans desumanizada e a mulher pobre negligenciada são efeitos de uma gramática que distribui desigualmente reconhecimento e vulnerabilidade. O corpo atingido pela violência já foi, muitas vezes, previamente construído como corpo menos digno de escuta, proteção ou luto.

Nesse ponto, a contribuição dos feminismos torna-se indispensável. A psicanálise pode pensar a relação entre defesa, gozo, falta e não-todo; entretanto, sem o diálogo com autoras feministas, corre o risco de abstrair a violência de suas condições históricas. A misoginia não é apenas defesa diante do impossível; é também prática social enraizada em relações concretas de dominação. O feminino não é somente operador lógico; ele é também lugar histórico de incidência de poder sobre corpos determinados. A força do artigo está precisamente em sustentar as duas dimensões sem dissolver uma na outra.

Essa articulação também impede uma leitura culpabilizante. Dizer que a misoginia se organiza como defesa diante do não-todo feminino não significa atribuir ao feminino a causa da violência que o atinge. A misoginia não é causada pelo feminino; ela é uma resposta defensiva, subjetiva e socialmente organizada, diante daquilo que o feminino, enquanto não-todo, revela como limite da fantasia fálica de domínio, posse e totalização. A violência não nasce do feminino; nasce da

incapacidade subjetiva e social de suportar aquilo que o feminino faz aparecer como limite da dominação. A causa da violência está na resposta defensiva e nas estruturas que a autorizam, não na existência daquele que é violentado. Esse cuidado é indispensável para que a leitura psicanalítica não reproduza, sob forma conceitual, a culpabilização da vítima.

Maurano e Souza (2023), ao interrogarem a misoginia à luz da psicanálise, recolocam essa questão em termos decisivos: por que o feminino pode se tornar causa de horror? A pergunta interessa justamente porque desloca a misoginia do campo da mera hostilidade para o campo do encontro com uma alteridade insuportável. O horror ao feminino não se explica apenas pela diferença anatômica ou pela desigualdade social; ele também se articula ao que o feminino convoca como enigma, excesso e não-domínio. Entretanto, esse horror só se converte em violência porque encontra uma ordem social que permite transformar angústia em controle, e controle em direito.

Essa leitura pode ser aproximada da hipótese de Guimarães (2024), para quem o gozo que engendra a misoginia participa da estrutura neurótica da posição masculina e do “delírio de normalidade” produzido pelas significações fálicas (p. 36). Trata-se de uma formulação importante porque permite pensar a misoginia não apenas como desvio moral ou falha individual, mas como efeito de uma fantasia de normalidade sustentada pela centralidade fálica. Nessa mesma direção, ao retomar o testemunho de Patrick Monribot, a autora indica que “o passe pode produzir uma modificação no laço com uma mulher, ao barrar o ódio estrutural às mulheres provocado pela fantasia” (p. 36). O ponto decisivo, para o presente artigo, é que a misoginia aparece aí vinculada à fantasia: ela se organiza como defesa diante daquilo que, no feminino, descompleta a consistência imaginária do sujeito.

A formulação de Guimarães (2024) também permite avançar na articulação entre misoginia, gozo e limitação fálica. Ao retomar a noção de impotência psíquica, a autora afirma que ela “equivale ao estabelecimento de um limite que impede um prazer mais amplo, mantendo apenas uma pequena cota de prazer como possível” (p. 29). Essa indicação interessa ao presente argumento porque permite pensar que a subjetivação fálica pode operar como restrição do campo do gozo, fazendo do gozo fálico

a medida privilegiada da experiência. O feminino, enquanto não-todo, não designa uma superioridade empírica das mulheres no campo do prazer, mas aquilo que aponta para uma dimensão suplementar, não inteiramente redutível à medida fálica. A misoginia pode, então, ser compreendida como defesa diante de um gozo que escapa, isto é, diante daquilo que desestabiliza a pretensão de tomar o falo como medida universal do corpo, do desejo e da satisfação.

A misoginia, assim, pode ser compreendida como ponto de convergência entre defesa subjetiva e estrutura social. Ela tenta responder ao não-todo com totalização; à alteridade, com captura; ao desejo, com tutela; ao corpo, com posse; à palavra, com silenciamento; à diferença, com hierarquia. Sua lógica consiste em transformar o que escapa em algo culpável, corrigível ou eliminável. O feminino é atacado não por ser ausência de ordem, mas por expor que a ordem nunca foi inteira.

Essa exposição do furo é intolerável para uma cultura organizada pela fantasia de domínio. O patriarcado depende da crença de que certos corpos podem ocupar o lugar de medida, autoridade e soberania, enquanto outros devem sustentar o trabalho invisível da vida, da reprodução, do cuidado e da confirmação narcísica. Quando o feminino rompe essa distribuição, não apenas reivindica um lugar; ele desorganiza a própria gramática que sustentava a hierarquia. A violência aparece, então, como tentativa de fazer o mundo voltar ao “lugar”.

Contudo, esse retorno é impossível. A violência pode ferir, calar, intimidar e destruir, mas não consegue eliminar o furo que a convocou. O apagamento do feminino fracassa porque aquilo que se tenta apagar não é apenas uma presença empírica, mas uma impossibilidade estrutural: a impossibilidade de fazer existir um todo sem resto. Por isso, a misoginia precisa se repetir. Ela vigia, corrige, pune e reinscreve continuamente suas normas porque o feminino, enquanto não-todo, não cessa de deslocá-las.

Dessa forma, a violência misógina deve ser compreendida como prática de poder e sintoma de uma impossibilidade: controla corpos, regula palavras, sustenta hierarquias e, ao mesmo tempo, revela a fragilidade da fantasia fálica que pretende apagar a falta. A misoginia quer fazer do feminino um objeto subordinado, mas termina por revelar

exatamente aquilo que pretende negar: que o domínio não é absoluto, que a linguagem não diz tudo, que o corpo não se deixa possuir inteiramente e que o desejo não se reduz à norma.

É nessa dobra entre poder e sintoma que se situa a hipótese deste artigo. A misoginia não é apenas violência contra mulheres e corpos feminizados; é violência contra aquilo que, no feminino, escreve a falha da totalidade. As estruturas patriarcais oferecem à defesa fálica uma gramática social, enquanto a defesa fálica oferece à violência patriarcal uma economia subjetiva. O apagamento do feminino, portanto, é simultaneamente político e psíquico, histórico e fantasmático, material e simbólico. Ele tenta apagar o que insiste como resto, mas é justamente essa insistência que prepara o próximo movimento deste artigo: pensar o feminino como palimpsesto, rasura e retorno.

PALIMPESTO, RASURA E RETORNO DO FEMININO

Se a misoginia opera como tentativa de apagamento do feminino, é necessário interrogar a natureza desse apagamento. Apagar, aqui, não significa apenas fazer desaparecer uma presença empírica. Significa recobrir uma inscrição, deslocar uma marca, impedir uma leitura, substituir uma voz por outra, impor uma superfície legível sobre aquilo que perturba a organização dominante do sentido. A violência misógina atua precisamente nesse campo: tenta tornar ilegível aquilo que, no feminino, escreve a falha da totalização fálica.

A imagem do palimpsesto permite pensar esse processo com maior precisão. No palimpsesto, uma escrita é raspada para que outra se inscreva sobre ela; contudo, a escrita anterior não desaparece integralmente. Ela permanece como vestígio, interferência, sombra, ruído ou marca subterrânea. Teodoro (2025) mobiliza essa imagem para pensar o feminino como inscrição rasurada, não porque ele seja pura ausência, mas porque sua presença se dá frequentemente sob a forma do resto: aquilo que a linguagem dominante tenta recobrir, mas não consegue eliminar por completo.

Essa formulação é decisiva para o presente artigo. A misoginia tenta produzir uma superfície sem resto, uma ordem em que o feminino apareça apenas nos lugares previamente autorizados: mãe, esposa, musa,

cuidadora, objeto de desejo, vítima silenciosa ou figura domesticada. Essa superfície, entretanto, nunca se estabiliza definitivamente. Algo retorna. Retorna como sintoma, como corpo que não se deixa docilizar, como palavra que insiste, como denúncia, como memória, como escrita, como recusa. O apagamento misógino, portanto, não é um ato consumado, mas uma operação reiterada, justamente porque aquilo que ele tenta apagar resiste à eliminação.

Nessa perspectiva, o feminino não deve ser pensado como conteúdo oculto que bastaria revelar. Ele não está simplesmente por trás da camada patriarcal, à espera de ser recuperado em sua pureza originária. O feminino, enquanto não-todo, não corresponde a uma substância perdida, mas a uma operação de deslocamento. Ele se manifesta na rasura, no intervalo, na falha, na descontinuidade e no resto. Por isso, o palimpsesto não serve aqui como metáfora de uma verdade encoberta, mas como figura de uma escrita que insiste justamente porque não se deixa ler de uma só vez.

Lacan (1972-1973/2010), ao formalizar o não-todo, permite compreender que essa insistência não deriva de uma insuficiência contingente da linguagem, mas de uma impossibilidade estrutural. O feminino não se deixa totalizar porque não há significante capaz de escrever A mulher como universal. O que retorna, portanto, não é um conteúdo reprimido que poderia enfim ser plenamente simbolizado; é a própria impossibilidade de fechamento do simbólico. A rasura feminina não é falha acidental da escrita: é marca daquilo que fura o regime do Um.

A função fora-inclusiva proposta por Teodoro (2025) oferece um operador importante para pensar essa dinâmica. A fora-inclusão não busca reintegrar o feminino ao todo como parte faltante, nem convertê-lo em exceção domesticável. Trata-se de sustentar uma inscrição paradoxal: aquilo que permanece fora da contagem fálica, mas que, justamente por essa exterioridade interna, revela a rachadura do universal. O feminino é incluído como furo, como borda, como resto que impede a consistência plena do sistema. Assim, sua força não está em completar o todo, mas em mostrar que o todo nunca se completou.

A misoginia pode ser lida, nesse ponto, como reação violenta a essa exterioridade interna. O feminino incomoda porque não se situa simplesmente fora da ordem; ele a desestabiliza desde dentro. A mulher

silenciada fala no sintoma. O corpo objetificado retorna como corpo que sofre, deseja, recusa e denuncia. A experiência desautorizada insiste como memória. A vítima desacreditada comparece como testemunha incômoda. O feminino rasurado não desaparece: altera a superfície que pretendia apagá-lo.

É por isso que o apagamento misógeno precisa se repetir. Nenhuma forma de controle basta de uma vez por todas. O patriarcado vigia a sexualidade, mas o desejo retorna. Controla a palavra, mas a fala irrompe. Idealiza a maternidade, mas a mulher comparece para além da função materna. Objetifica o corpo, mas o corpo não se reduz à imagem. Patologiza o excesso, mas o excesso retorna como invenção, sofrimento ou resistência. A repetição da violência denuncia a falência da operação: se fosse possível apagar o feminino, não seria necessário reiterar continuamente os dispositivos de apagamento.

Essa repetição aproxima a misoginia da lógica defensiva. Freud (1925/2011), ao tratar da negativa, mostra que a recusa pode funcionar como forma paradoxal de admissão. Algo é introduzido no discurso sob a forma de sua negação. A misoginia opera de modo análogo: ao tentar negar legitimidade ao feminino, revela a força daquilo que precisa negar. Quando uma cultura insiste em dizer que a palavra das mulheres é exagerada, perigosa, irracional ou secundária, ela não demonstra a irrelevância dessa palavra; demonstra, antes, sua potência desestabilizadora.

Também em Freud (1927/2014), a lógica do desmentido permite pensar essa divisão. O sujeito sabe algo, mas age como se não soubesse. No plano social, essa operação encontra ressonância na lógica do “como se” descrita por Teodoro, Chaves e Silva (2023), em diálogo com Žižek (1992), segundo a qual a fantasia social sustenta crenças que organizam a realidade mesmo quando sua falsidade é conhecida. A misoginia parece operar, então, por um desmentido socialmente compartilhado: sabe-se que o feminino, enquanto operador de não-totalização, não se reduz às funções que a ordem patriarcal tenta lhe impor, mas age-se como se fosse possível fazê-lo caber nelas. Sabe-se que mulheres e corpos feminizados não são propriedade de outro, mas a cultura insiste em tratá-los como territórios de posse. Sabe-se que sua palavra possui estatuto de verdade possível, mas ela

é continuamente submetida à suspeita. A violência funciona, então, como tentativa de sustentar uma crença que a própria experiência desmente.

Nesse ponto, a contribuição de Segato (2025) é fundamental. Se a violência contra o feminino participa de uma gramática social de poder, o apagamento não pode ser compreendido apenas como defesa individual. Ele é também um procedimento político de produção de ilegibilidade. Fazer calar, desacreditar, ridicularizar ou destruir são modos de regular quais inscrições podem circular no campo social. O que está em jogo não é apenas o corpo de uma mulher em particular, mas a manutenção de uma ordem que depende da subordinação simbólica do feminino.

A rasura, portanto, é uma tecnologia de poder. Ela não elimina simplesmente; ela reescreve. Transforma desejo em descontrole, denúncia em ressentimento, recusa em provocação, dor em exagero, inteligência em arrogância, autonomia em ameaça. Ao reescrever o feminino nesses termos, a misoginia procura impedir que sua inscrição seja lida em sua própria lógica. Não se trata apenas de silenciar; trata-se de produzir uma tradução degradada daquilo que foi dito, sentido ou vivido. A palavra feminina é admitida desde que deslocada para uma gramática que a neutralize.

Manne (2017) ajuda a precisar essa operação ao compreender a misoginia como sistema de policiamento e punição. O feminino é punido quando deixa de oferecer aquilo que a ordem patriarcal supõe como devido. Essa punição pode assumir formas explícitas, como agressão, ameaça e humilhação, mas também formas mais sutis, como descredibilização, isolamento, ridicularização ou exaustão subjetiva. Em todos esses casos, o objetivo é semelhante: recolocar o feminino em um lugar administrável. A rasura misógina é, assim, um gesto de correção.

Entretanto, a lógica do palimpsesto mostra que a correção nunca é total. A escrita anterior permanece. O corpo violentado não se reduz à violência que sofreu. A palavra desacreditada não perde, por isso, toda sua força. A memória recalçada retorna em fragmentos. A experiência desautorizada pode reaparecer como elaboração, testemunho, clínica, literatura, política ou ato. O feminino, enquanto escrita psíquica, persiste como aquilo que não se deixa encerrar na versão que o poder produz sobre ele.

Essa insistência não deve ser romantizada. Dizer que o feminino retorna não significa minimizar a violência do apagamento. O

silenciamento produz sofrimento real; a objetificação deixa marcas; a violência sexual e o feminicídio destroem vidas; a desautorização reiterada pode devastar subjetividades. A noção de retorno não deve operar como consolo abstrato, mas como forma de pensar que a violência, mesmo quando extrema, não consegue eliminar a dimensão estrutural do furo que pretendia suprimir. O retorno do feminino é, muitas vezes, doloroso, fragmentário, traumático e sem garantia de reparação.

É nesse sentido que a escrita psíquica do feminino, tal como formulada por Teodoro (2025), permite pensar uma ética da escuta. Escutar o feminino não é procurar nele uma essência, nem traduzi-lo rapidamente em categorias estabilizadas. É sustentar aquilo que comparece como resto, borda, intensidade e irrepresentável. Essa ética se opõe frontalmente à lógica misógina. Enquanto a misoginia tenta apagar o que não domina, a escuta do feminino sustenta o que escapa. Enquanto a defesa fálica tenta recompor o todo, a escrita do feminino faz do furo um lugar de elaboração.

Essa diferença também pode ser pensada clinicamente. Na clínica, o apagamento do feminino pode comparecer sob a forma de vergonha, culpa, inibição, devastação, silêncio, submissão ao desejo do Outro, impossibilidade de dizer não, temor da própria palavra ou dificuldade de reconhecer o próprio desejo. Contudo, também pode comparecer como excesso, ruptura, invenção, recusa, ato de escrita, insistência do corpo ou produção de um saber singular. A escuta analítica, quando orientada pelo não-todo, não deve buscar domesticar essas manifestações, mas acompanhar o modo singular pelo qual cada sujeito tenta escrever aquilo que não pôde ser simbolizado.

A misoginia, ao contrário, responde ao irrepresentável pela via da captura. Seu gesto é o de reduzir a diferença a uma explicação depreciativa. A mulher que não se deixa possuir é fria, ingrata ou perigosa; a que deseja é promíscua; a que sofre é frágil; a que denuncia é vingativa; a que pensa é arrogante; a que envelhece é descartável; a que recusa é cruel. Em cada caso, a rasura opera como tentativa de impedir que mulheres e corpos feminizados sejam lidos como sujeitos de desejo, palavra e experiência. O apagamento misógino não apenas nega; ele substitui a inscrição do feminino por uma caricatura que possa ser controlada.

Essa operação encontra ressonância no texto freudiano sobre a depreciação na esfera do amor, no qual Freud (1912/2010) indica que, em determinadas formas da vida amorosa masculina, a possibilidade de desejar se articula à necessidade de depreciar o objeto. Ainda que o argumento freudiano esteja situado no campo da economia libidinal e não possa ser simplesmente transposto para uma teoria social da misoginia, ele permite entrever uma lógica relevante para o presente artigo: a de que a depreciação pode funcionar como condição fantasmática de captura da alteridade feminina. Ao transformar a mulher em figura menor, impura, perigosa, excessiva ou moralmente suspeita, a misoginia tenta reduzir sua alteridade a uma forma controlável. O feminino, assim, não é apenas recusado; mulheres e corpos feminizados são reescritos sob signos depreciativos que permitem à fantasia fálica sustentar alguma forma de domínio sobre aquilo que a desestabiliza.

Nesse ponto, o diálogo com Butler (2018) permite compreender que tal caricatura não se produz fora das normas de gênero. O feminino é continuamente regulado por expectativas que definem quais performances serão reconhecidas como legítimas e quais serão punidas como desvio. A rasura misógina atua sobre essa fronteira: torna inteligível o feminino domesticado e torna ameaçador o feminino que escapa. Assim, o apagamento não elimina apenas falas e corpos; ele regula as condições mesmas de sua legibilidade social.

Tiburi (2025), ao pensar o ódio às mulheres, permite acrescentar que a misoginia muitas vezes se disfarça de interpretação moral. O ódio pode aparecer como julgamento, prudência, conselho, proteção, tradição ou defesa dos bons costumes. Essa máscara moral é uma forma refinada de rasura, pois transforma dominação em cuidado e violência em correção. O feminino é apagado não apenas quando é atacado, mas também quando é capturado por discursos que dizem saber, antes dele, o que ele é, o que quer e até onde pode ir.

A imagem do palimpsesto permite, então, recolocar a pergunta central do artigo: o que retorna quando o feminino é apagado? Retorna a falha do todo: a impossibilidade de reduzir o corpo à posse, o desejo à norma, a palavra à autorização do Outro e o gozo à medida fálica. O feminino retorna não como identidade plena, mas como perturbação da

plenitude, como resto que impede a estabilização definitiva da versão que o poder tenta produzir sobre ele.

A rasura misógina é, portanto, paradoxal. Ao tentar apagar o feminino, confirma que há ali uma alteridade que resiste à objetificação, ao silenciamento, à patologização e à eliminação. A misoginia não ataca o feminino porque ele seja frágil, menor ou secundário; ataca-o porque ele escreve, no corpo e na linguagem, a impossibilidade do domínio absoluto. A violência tenta transformar essa impossibilidade em culpa do outro.

Dessa forma, o palimpsesto torna-se operador crítico para ler a cultura patriarcal como superfície sobrescrita, em que moral, ciência, religião, direito, família e tradição tentam produzir uma versão domesticada do feminino. Contudo, sob essas camadas persistem vestígios que perturbam a leitura dominante. O apagamento misógino encontra seu limite na própria estrutura daquilo que tenta suprimir: não um conteúdo removível, mas o furo que denuncia a impossibilidade de qualquer superfície sem rasura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUANDO O TODO FALHA

Este artigo partiu de uma pergunta: contra o que a misoginia se defende? Ao deslocar a misoginia de uma compreensão restrita ao ódio individual contra mulheres, buscou-se pensá-la como operação defensiva diante do não-todo feminino. A hipótese sustentada foi a de que a violência misógina tenta restaurar, pela força, uma consistência fálica ameaçada por aquilo que, no feminino, evidencia a impossibilidade de totalização do gozo, do corpo, do desejo e da linguagem.

O percurso desenvolvido permitiu sustentar que o feminino, aqui, não deve ser tomado como essência da mulher, atributo biológico ou identidade universal. Trata-se de um operador lógico, político e clínico que permite interrogar os modos pelos quais certos corpos, palavras e experiências são capturados, desautorizados ou apagados pela lógica fálica. Nesse sentido, a misoginia não é causada pelo feminino; ela é resposta defensiva e socialmente organizada diante daquilo que o feminino faz aparecer como limite da fantasia de domínio, posse e totalização.

A articulação entre psicanálise e pensamento feminista mostrou-se indispensável para evitar dois reducionismos: de um lado, reduzir a

misoginia a uma defesa intrapsíquica isolada; de outro, compreendê-la apenas como estrutura social, sem interrogar sua economia fantasmática. A violência misógina se sustenta justamente nessa dobra: é prática histórica de poder e, ao mesmo tempo, sintoma da fragilidade do todo que pretende restaurar.

A imagem do palimpsesto permitiu nomear o fracasso constitutivo desse apagamento. A cultura patriarcal tenta recobrir o feminino por camadas de moralização, idealização, tutela, medicalização, objetificação e violência; contudo, o apagamento nunca é absoluto. Vestígios permanecem. A palavra desacreditada retorna como denúncia; o corpo objetificado retorna como corpo que sofre, deseja e recusa; a memória silenciada retorna como testemunho, sintoma, invenção ou escrita.

Contra a lógica misógina, a noção de escrita psíquica do feminino permite sustentar uma ética da escuta. Não se trata de idealizar o feminino, nem de convertê-lo em novo universal, mas de reconhecer que há experiências, marcas e modos de gozo que não podem ser reduzidos à medida fálica, à posse, à norma ou à inteligibilidade dominante. A falha do todo não deve ser convertida em violência contra o outro.

Como limite, é necessário reconhecer que este artigo se constitui como uma investigação teórico-conceitual. Não se trata, portanto, de uma pesquisa empírica, nem de uma análise de casos clínicos ou de materiais institucionais específicos. A leitura proposta opera no campo da elaboração conceitual, articulando psicanálise, teoria feminista e crítica das estruturas patriarcais de poder. Esse limite, contudo, não diminui a força da hipótese; ao contrário, delimita seu alcance e indica a necessidade de pesquisas futuras que possam investigar como a misoginia, compreendida como defesa fálica diante do não-todo feminino, comparece em diferentes campos: na clínica, nas instituições, nos discursos digitais, nas práticas jurídicas, nos dispositivos educacionais e nas políticas de enfrentamento à violência de gênero.

Nesse sentido, desdobramentos posteriores poderiam explorar, por exemplo, a escuta clínica de mulheres e corpos feminizados atravessados por experiências de apagamento, a incidência da misoginia em discursos da manófera, os modos de desautorização da palavra feminina em instituições de justiça e saúde, bem como os efeitos subjetivos da violência

simbólica e material sobre a escrita de si. Também seria possível desenvolver pesquisas que articulem o conceito de corpo-território rasurado a narrativas testemunhais, produções literárias, documentos institucionais ou experiências clínicas, de modo a examinar como a violência tenta inscrever posse e domínio sobre o corpo, e como esse corpo, mesmo rasurado, pode produzir retorno, memória, elaboração e resistência.

As implicações práticas dessa leitura se situam, sobretudo, no campo clínico, formativo e ético-político. Na clínica, ela convoca uma escuta capaz de reconhecer os efeitos do apagamento misógino sem reduzir o sofrimento à adaptação normativa, à patologização do excesso ou à culpabilização da vítima. Na formação de profissionais da saúde, da educação, da assistência social e do direito, contribui para pensar a violência de gênero não apenas como evento isolado, mas como operação sustentada por discursos, fantasias e estruturas de poder. No plano ético-político, a hipótese aqui desenvolvida reforça a necessidade de práticas que não tentem domesticar o feminino, mas que sustentem sua palavra, sua opacidade, seu desejo e sua condição de não-todo diante das tentativas reiteradas de captura.

Por fim, pensar a misoginia como defesa contra o não-todo recoloca o problema da violência em sua radicalidade. A misoginia tenta apagar aquilo que, no feminino, escreve a falha de toda soberania; contudo, seu próprio gesto revela a impossibilidade que pretende negar. Quanto mais tenta fazer existir o todo pela força, mais demonstra que nenhuma ordem simbólica se sustenta sem perda, nenhuma linguagem diz tudo, nenhum corpo pertence inteiramente ao outro e nenhum desejo se deixa domesticar sem resto.

REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina* (M. H. Kühner, Trad.). Bertrand Brasil. (Trabalho original publicado em 1998)
- Breuer, J., & Freud, S. (2016). *Estudos sobre a histeria (1893–1895)* (L. Barreto, Trad.; P. C. de Souza, Rev. trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1893–1895)
- Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1990)
- Cabnal, L. (2010). Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In ACSUR-Las Segovias (Coord.), *Feminismos diversos: El feminismo comunitario* (pp. 10–25). ACSUR-Las Segovias.
- Freud, S. (1996). As neuropsicoses de defesa. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 3, pp. 53–66). Imago. (Trabalho original publicado em 1894)
- Freud, S. (2010a). A feminilidade. In *Obras completas, volume 18: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930–1936)* (P. C. de Souza, Trad., pp. 263–293). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1933)
- Freud, S. (2010b). Sobre a mais geral degradação da vida amorosa. In *Obras completas, volume 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911–1913)* (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912)
- Freud, S. (2011a). A negação. In *Obras completas, volume 16: O eu e o id, “Autobiografia” e outros textos (1923–1925)* (P. C. de Souza, Trad., pp. 275–282). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1925)
- Freud, S. (2011b). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In *Obras completas, volume 16: O eu e o id, “Autobiografia” e outros textos (1923–1925)* (P. C. de Souza, Trad., pp. 283–299). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1925)

- Freud, S. (2014). O feticismo. In *Obras completas, volume 17: Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos (1926–1929)* (P. C. de Souza, Trad., pp. 302–310). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1927)
- Ging, D. (2019). Alphas, betas, and incels: Theorizing the masculinities of the manosphere. *Men and Masculinities*, 22(4), 638–657. <https://doi.org/10.1177/1097184X17706401>
- Guimarães, L. (2024). *O que é ser homem?* Samp Gráfica Editora.
- Jorge, M. A. C., & Travassos, N. P. (2021). *Histeria e sexualidade: Clínica, estrutura, epidemias*. Zahar.
- Lacan, J. (1998). A significação do falo. In *Escritos* (V. Ribeiro, Trad., pp. 692–703). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1958)
- Lacan, J. (2010). *O seminário, livro 20: Mais, ainda (Encore)*. Escola Letra Freudiana. (Trabalho original publicado em 1972–1973)
- Manne, K. (2017). *Down girl: The logic of misogyny*. Oxford University Press.
- Maurano, D., & Souza, J. (2023). *A saga do feminino na mulher: A misoginia à luz da psicanálise*. 7Letras.
- Netflix. (2026). *Louis Theroux: Por dentro da machosfera* [Documentário]. Netflix. Netflix
- Horta Ribeiro, M., Blackburn, J., Bradlyn, B., De Cristofaro, E., Stringhini, G., Long, S., Greenberg, S., & Zannettou, S. (2021). The evolution of the manosphere across the web. *Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media*, 15(1), 196–207. <https://doi.org/10.1609/icwsm.v15i1.18053>
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Segato, R. L. (2025). *As estruturas elementares da violência: Ensaio sobre gênero entre a antropologia, a psicanálise e os direitos humanos*. Bazar do Tempo.
- Teodoro, E. F. (2025). *Não-toda escrita: Cartografias para escrever o feminino* [Tese de doutorado, Universidade Federal de São João del-Rei].
- Teodoro, E. F., Chaves, W. C., & Silva, M. L. (2023). O feminino na fantasia: Entre a dialética do desejo em Lacan e a fantasia social em Žižek. *Tempo Psicanalítico*, 55(1), 6–31. <https://doi.org/10.71101/rtp.55.753>

- Tiburi, M. (2025). *Ninfa morta: Uma história do ódio às mulheres*. Planeta.
- Vives, J.-M. (2023). Prefácio. In D. Maurano & J. Souza, *A saga do feminino na mulher: A misoginia à luz da psicanálise*. 7Letras.
- Woolsey, R. M. (1976). Hysteria: 1875 to 1975. *Diseases of the Nervous System*, 37(7), 379–386.
- Žižek, S. (1992). *Eles não sabem o que fazem: O sublime objeto da ideologia* (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1989)

Submetido em: 29/06/2026

Revisado em: 25/07/2026

Aceito em: 25/09/2026